

efeitos legais.



Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (22) Vinte e dois de janeiro de (1996), mil novecentos e noventa e seis

As dezesseis horas do dia (22) Vinte e dois de janeiro de (1996), mil novecentos e noventa e seis, sob a Presidência do Vereador Antonio Carlos Pereira da Cunha, e, com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Luis Antonio de Melo Cotias, reuniram-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Antonio Carlos de Carvalho Trindade. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício, Vereador Antonio Carlos Pereira da Cunha suspendeu os trabalhos por quinze minutos. Reiniciados os trabalhos, sob a Presidência do Vereador Aires Bessa da Rocha e, com a ocupação da 1ª Secretaria pelo Vereador Luis Antonio de Melo Cotias responderam a chamada regimental, além desses, os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Alfredo Luis da Rocha Barreto,

João

Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de
 Carvalho Trindade, Carlos Roberto Noqueira dos
 Santos, Milton Pereira da Silva, Eduardo Corrêa
 Kita, Ivan Luís de Araujo, Leaquim Schmidt,
 Marcos da Rocha Mendes, Milton Roberto Pereira
 de Souza, Orlando da Silva Pereira e Waldi
 Maurício de Aguiar Neto. Havendo número regi-
 mental e Senhor Presidente declarou reaberta
 a Sessão Extraordinária, solicitando ao Senhor
 Primeiro Secretário que procedesse a leitura
 da Ordem do Dia que constou do seguinte:
 Parecer da Comissão de Constituição e Justiça
 ao Projeto de Lei 002/96, Mensagem Executiva
 nº 002/96, dispondo sobre autorização para
 o Poder Executivo Municipal realizar opera-
 ção de crédito junto ao Banco do Brasil S/A,
 até o valor de R\$ 1.600.000,00 (Um milhão
 e seiscentos mil reais). A seguir o Senhor
 Presidente transportou os trabalhos para o
 segmento dedicado ao uso da Tribuna.
 Inscrito em livro próprio, ocupou a Tribuna
 o Vereador Alfredo Luis da Rocha Barreto, do
 PT, frisando inicialmente que a constatação
 de ginásio poliesportivo no Município, não
 poderia ser motivo para querelas sensacio-
 nalistas na imprensa. Observou que de forma
 geral vinha sendo crítico do Governo Municipal,
 pelos critérios com que definia suas pre-
 svidades, vultuando no Executivo a falta de
 diálogo que era essencial para as ações do
 governo junto aos setores organizados da comu-
 nidade. Enfatizou que o Prefeito José Bonifácio
 havia exagerado na prática de fazer só-
 zinho, o que lhe valera críticas pelo Partido des-

Trabalhadores. Prosseguindo, disse que o PT já tinha vasta experiência quanto ao realizar e efetivar propostas coletivas com a sociedade, principalmente com relação a construção do que era denominado orçamento participativo, citando como exemplo a cidade de Porto Alegre, e que inclusive já era defendido também pelo senador Pedro Simon como forma nova para alocação de recursos públicos. Disse que o PT defendia o controle social sobre orçamento público, tinha que partir da população, e, que dez mil oitocentas pessoas no Ginásio Beira Rio, em Porto Alegre, haviam dado sua participação quanto a orçamento e alocação de recursos. Observou que o Governo Municipal infelizmente não entendera tal linguagem, e, quanto a setor de esportes, se ser necessário a consolidação de inúmeras modalidades esportivas praticadas em Cabo Frio. Disse que no município, milhares de crianças, de todas as idades praticavam o futebol de salão de forma popular e, que o Ginásio Municipal Aracy Machado iria fortalecer outras modalidades esportivas na medida em que fosse realmente um espaço público para nem tudo que era do Município, do Estado ou Federação era público. Citou exemplos, frisando que a CEDAE, órgão do Estado, e, como todos sabiam coisa para interesses de políticos, da mesma forma o BANERS, que servira também a outros interesses, e hoje estava dilapidado. Retornando a questão da construção do Ginásio Poliesportivo, disse que a obra seria realmente prioritária

Joely

ria se realmente fosse um espaço público. Prosseguindo, disse que os Vereadores que estavam contra a construção do Ginásio, eram do grupo do Senhor Alair Corrêa, que através da imprensa alardeava tal posição. Lembrou que ao seu tempo de Prefeito, a Câmara havia aprovado um empréstimo, através de uma firma intermediária, a ACOPLAN, que levava dos cofres do Município, sete milhões e meio, dos cento e cinquenta emprestados pelo BANERJ, e que no empréstimo a ser tomado pela Prefeitura, para a construção do Ginásio, era por prazo de vinte anos e, sem o pagamento de Comissões. Rebateu as afirmações de que no Governo do Senhor Alair Corrêa a prisridade havia sido esporte, porque não era prisridade pagar com dinheiro público a equipe profissional. Em aparte disse o Vereador Alex Silva da Rocha. "Vossa Excelência está falando em Comissões, em agenciamento. O Projeto encaminhado a esta Casa pelo Senhor Prefeito é muito claro. Furos de três e meio por cento ao ano, a missão do agente financiador de dois e meio por cento. Tem financiamento de "lobby", Sim Senhor! A bancada e o Deputado Alair Corrêa não é contra a construção do Ginásio, é contra o empréstimo. O Prefeito tem cinco milhões de reais em caixa, que faça obras com o dinheiro que tem em caixa." Disse que por militar no esporte podia afirmar que time profissional com dinheiro público não era prisridade, e, no caso da construção do Ginásio, o esporte amador estava sendo prisridado e assim

June 88

tinha o seu apoio, embora continuasse sendo crítico dos métodos do senhor Prefeito Municipal. Em aparte, disse o Vereador Waldir Maurício de Aquino: "Acho que as questões colocadas por Vossa Excelência, quando se lembra de antigas práticas, nós não podemos nos envolver de maneira passional sobre a questão do empréstimo. Nós temos que saber que o empréstimo é para o povo de Cabo Frio, para o jovem cabofriense, para as gerações futuras. Acho que a Câmara, que os senhores Vereadores com todas as paixões e ventades, suas vocações, sendo dos socialistas ou não, têm entendimento perfeito de que o empréstimo é oriundo da área exportadora, portanto, para os jovens. Não podemos, não acreditamos que antigas práticas como aconteceram, empréstimos para pagamento de 13º Salário do funcionalismo, e, Vereadores que ainda tem assento nesta Casa, votaram a favor, até mesmo para pagamento de firmas prestadoras de serviços, então, a gente não pode entender que uma questão política venha interferir no bem da cidade. Se a Prefeitura tem cinco milhões em caixa, tais recursos estão alocados pois o Prefeito não abre uma licitação sem que haja recursos. Disse que a dívida gerada pelo empréstimo era de zero vírgula, zero dois por cento do orçamento, ou seja, quase nada. Fico com a dívida social com a negação de tal obra seria muito maior, e, eu quero avisar a todos que estão aqui, e que votaram contra o projeto do Gionário, que em vou de escola em escola, de sala em sala, dizer que são os inimigos do esporte em Cabo Frio."

João

Vou fazer uma listinha como o Vereador Alberto Barreto fez, dos que votaram contra no caso dos quadros Municipais. Votei naquela época contra e me arrependo, mas sou bastante homem para confessar que errei. "Pursuindo em seu discurso o Vereador do PT, referiu-se ao aparte do Vereador Acyr Silva da Rocha, afirmando haver uma diferença muito grande com relação a agente financiador de empréstimos, mas, que iria pesquisar para poder fixar tal diferença, no que encerrou sua fala não havendo mais oradores inscritos para uso da Tribuna e Senhor Presidente transportou os trabalhos para a Ordem do Dia, colocando em apreciação votação o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 002/96, oriundo do Poder Executivo Municipal, procedendo a leitura do texto assinado pelo relator Vereador Waldir Maurício de Aguiar Neto. Observou o Senhor Presidente, Vereador Acyr Silva da Rocha, que o parecer fora aprovado na Comissão de Constituição e Justiça com os votos favoráveis dos Vereadores Waldir Maurício de Aguiar Neto, Marcos da Rocha Mendes e, voto contrário do Vereador Adailton Pinto de Andrade. A seguir após os encaminhamentos, o Senhor Presidente colocou em votação o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei 002/96, sendo aprovado por unanimidade. Atendendo "Pela Ordem", disse o Vereador Luís Antonio de Melo Cotias: Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência solicitasse ao Sr. Prefeito Municipal, o saldo bancário existente hoje, já que Vossa Excelência nos colocou, e ficamos

até surpresas pelo valor que hoje existe em caixa na Prefeitura, na ordem de cinco milhões de reais. Então gostaria que Vossa Excelência solicitasse, já que faço parte da Comissão de Finanças e Orçamento, para onde será encaminhada a matéria, e assim nós teríamos pelo documento, tal valor confirmado oficialmente". A seguir, disse o Senhor Presidente: "A Presidência informa que quando dissermos que existem cinco milhões em caixa, é uma informação precisa. Nós temos na Casa apenas o balancete de outubro e lá realmente está consignado um saldo bancário de cinco milhões de reais. Nós temos mais a arrecadação de novembro e dezembro não tivemos nenhuma obra de culto, para nós continua a ser o mesmo saldo de cinco milhões. O Vereador nos pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal para que tenha maiores subsídios. Encaminho o Projeto de Lei nº 002/96 a Comissão de Finanças e Orçamento. Tendo em vista a solicitação do Vereador Luís Antonio de Melo Cotias, marco outra Sessão Extraordinária visto a relevância da matéria que exige maiores cuidados da Comissão de Mérito, para a próxima segunda-feira dia 29 de janeiro de 1996, às dezesseis horas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão em nome de Deus e, para contar mandou que fosse lavrada a presente Ata que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para assinada para que produza os seus efeitos legais.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]